

RELATÓRIO DE MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL
JANEIRO a DEZEMBRO (2º SEMESTRE)/2019



Sumário

I. Introdução	3
I.1. Acompanhamento da Regularidade da Certificação, Habilitação e Qualificação para o Exercício de Cargos ou Funções na ELETROS	4
II. Aderência e Enquadramento na Execução da Política de Investimento.	8
III. Rentabilidade dos Investimentos	9
III.1 Custos com a Administração dos Investimentos	17
III.2 Créditos de Liquidação Duvidosa nos Investimentos	18
IV. Aderência das Premissas e Hipóteses Atuariais	19
IV.1 Plano BD ELETROBRÁS - Patrimônio de Cobertura x Passivo Atuarial	21
IV.2 Base Cadastral	23
IV.3 Maturidade e Solvência dos Planos	Erro! Indicador não definido.
V. Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária	24
VI. Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade	29
VII – Acompanhamento das Demonstrações Contábeis	38
VIII – Documentos de Referência (Analisados) no exercício de 2019	40
IX – Manifestação	41
X. Glossário de Termos	42
XI. Assinaturas	43



I. Introdução

A Resolução nº13 do Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC), de 01 de outubro de 2004, estabelece princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar – EFPC.

Neste contexto, o artigo 19 da Resolução nº 13 do Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC), de 01 de outubro de 2004, dispõe:

"Da Manifestação do Conselho Fiscal

Art. 19. Sem prejuízo de atribuições definidas em normas específicas, o conselho fiscal emitirá relatórios de controles internos, pelo menos semestralmente, que contemplem, no mínimo:

I - as conclusões dos exames efetuados, inclusive sobre a aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e à política de investimentos, a aderência das premissas e hipóteses atuariais e a execução orçamentária;

II - as recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronograma de saneamento das mesmas, quando for o caso;

III - análise de manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas, a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores, bem como análise das medidas efetivamente adotadas para saná-las.

Parágrafo único. As conclusões, recomendações, análises e manifestações referidas nos incisos I, II e III do caput deste artigo:

I - devem ser levadas em tempo hábil ao conhecimento do conselho deliberativo da EFPC, a quem caberá decidir sobre as providências que eventualmente devam ser adotadas; (resultados das auditorias necessitam ser apresentados conforme essa determinação)

II - devem permanecer na EFPC, à disposição da Secretaria de Previdência Complementar, pelo prazo mínimo de cinco anos."

Desta forma, observadas as premissas expressas no artigo 19 da Resolução nº13 do Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC), de 01 de outubro de 2004, o Conselho Fiscal da Eletros apresenta os resultados pertinentes ao ano de 2019 considerando as ações emanadas e sugeridas por esse CFE, as quais foram discutidas, analisadas e apresentadas nas reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas ao longo do ano de 2019 e que constam nas referidas atas de reunião, de modo a assegurar o pleno cumprimento de seus objetivos.

Cumprir registrar que a elaboração dessa manifestação tem o apoio e o suporte das áreas internas da Eletros, quais sejam: Assessoria aos Órgãos Estatutários – AOE, Gestão de Controle de Investimentos – GCI, Gestão de Investimentos – GIN, Assessoria de Orçamento – AOR, Gestão de Contabilidade - GCO, Assessoria Atuarial e Controladoria de Benefícios – ACB, Gestão de Benefícios Previdenciários - GBP e Gestão de Riscos e Compliance – GRC.



Portanto de forma a atender aos requisitos, obrigações e responsabilidades estatutárias e legais, baseados em ampla e detida análise de documentação disponibilizada pela ELETROS, bem como de esclarecimentos exigidos e apresentados pelas áreas pertinentes e, também, seus administradores, o Conselho Fiscal da ELETROS – CFE, no cumprimento de suas atribuições, apresenta a sua manifestação referente ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro (exercício) de 2019.

I.1. Acompanhamento da Regularidade da Certificação, Habilitação e Qualificação para o Exercício de Cargos ou Funções na ELETROS

No acompanhamento realizado pelo Conselho Fiscal da ELETROS ao longo do ano de 2019, com base nas informações disponibilizadas pela Gestão de Pessoal e Administração – GPA para a 397ª Reunião, de 29/08/2019, assim como para a 404ª Reunião, de 28/02/2020 com complemento em 23/03/2020, observa-se que todos os membros dos Conselhos Deliberativo, Fiscal, Diretoria Executiva e integrantes dos Comitês de Gestão de Carteiras – CGC e do Comitê Executivo de Investimentos – CEI (sendo este último composto por todos membros da Diretoria Executiva) são certificados e estão com os certificados válidos.

O CGC é um Comitê de assessoramento da Diretoria Financeira, responsável por analisar, recomendar e submeter para decisão do CEI, na esfera de sua competência e alçada, as matérias relacionadas à gestão, controle e monitoramento dos investimentos.

A pontuação dos Conselheiros, Diretores e empregados que integram os Comitês de Investimento é acompanhada periodicamente dentro dos prazos e quando necessária complementação da pontuação são indicados e providenciadas inscrições em cursos e eventos para manutenção da certificação, bem como para enriquecer a qualificação dos mesmos.

Os certificados válidos constam do arquivo da Gestão de Pessoal e Administração – GPA e da Assessoria aos Órgãos Estatutários AOE, no âmbito de suas atividades.

Os novos Conselheiros que foram habilitados para seus cargos em 29/08/2019, 06/09/2019, 01/10/2019, 01/11/2019 e 05/12/2019 têm o prazo de até um ano para se certificar, de acordo com a Instrução PREVIC 13/2019. A ELETROS os informou a esse respeito e as orientações são dadas, visando à certificação tempestiva, bem como a ELETROS se responsabiliza pela cobertura da inscrição no processo de certificação, assim como o acompanhamento das respectivas certificações.

Todos os membros dos Órgãos Estatutários da ELETROS, de acordo com o previsto na legislação atinente, Instrução PREVIC 13/2019, só são investidos em seus cargos mediante a habilitação. Como a ELETROS não é ESI – Entidade Sistemicamente Importante, a referida legislação prevê que os Conselheiros são habilitados pelo Presidente da entidade, mediante a análise documental criteriosa feita de forma embasada na legislação e, em conjunto com a Assessoria aos Órgãos Estatutários - AOE, com apoio da Gestão Jurídica - GJU, quando necessário.

Já o Presidente e Diretores (dirigentes) são habilitados pela PREVIC, conforme Atestados de Habilitação anexados às respectivas Atas de Nomeação registradas junto ao Registro Civil de Pessoas Jurídicas do Rio de Janeiro.



Ainda de acordo com a citada legislação, o Diretor Financeiro deve ser previamente certificado em certificação específica de investimentos, o que foi observado dentro do processo eleitoral respectivo.

Quadro em 30/12/2019

NOME	FUNÇÃO	ÓRGÃO CERTIFICADOR	DATA DA CERTIFICAÇÃO	CERTIFICAÇÃO VIGENTE E VÁLIDA	MANDATO INÍCIO	MANDATO FIM	REGRA PEC
Pedro Paulo da Cunha	Presidente	ICSS	03/08/17	03/08/20	13/11/19	22/09/22	Mínimo de 30 créditos por ano 120 créditos ao final de 3 anos.
Marcio Peres Silvano(*)	Diretor de Benefícios Previdenciários	ICSS	24/09/19	24/09/22	23/09/16	22/09/19	Mínimo de 30 créditos por ano 120 créditos ao final de 3 anos.
Luiz Guilherme F. N. Pinto(**)	Diretor Financeiro	ICSS	17/12/19	17/12/22	06/01/17	05/01/20	Mínimo de 30 créditos por ano 120 créditos ao final de 3 anos.
Jailson José Medeiros Alves	Conselheiro Deliberativo Efetivo	ICSS	27/03/18	27/03/21	22/01/16	30/06/19	Mínimo de 30 créditos por ano 120 créditos ao final de 3 anos.
Jack Nottingham Steiner	Conselheiro Deliberativo Efetivo	ICSS Prova	17/11/19	17/11/22	06/09/19	30/06/23	Mínimo de 30 créditos por ano 120 créditos ao final de 3 anos.
Carol Sampaio Diogo de Siqueira	Conselheiro Deliberativo Efetivo	ICSS	21/08/17	21/08/20	10/02/17	21/11/20	Mínimo de 30 créditos por ano 120 créditos ao final de 3 anos.
José Luiz Grünewald Miglievich Leduc	Conselheiro Deliberativo Efetivo	ICSS	26/09/19	26/09/22	06/09/19	30/06/23	Mínimo de 30 créditos por ano 120 créditos ao final de 3 anos.
Alice Valdez Salomão	Conselheira Deliberativa Efetiva	ICSS	06/10/19	06/10/21	10/02/17	21/11/20	Mínimo de 30 créditos por ano 120 créditos ao final de 3 anos.





Márcio Kennedy de Almeida	Conselheiro Deliberativo Suplente	ICSS	15/06/19	15/06/21	10/02/17	21/11/20	-
Rosane Barboza da Silva	Conselheira Deliberativa Efetiva	ICSS	10/04/18	10/04/21	10/02/17	21/11/20	Mínimo de 30 créditos por ano 120 créditos ao final de 3 anos.
Paulo Tadeu Paes Alves	Conselheiro Deliberativo Suplente	ICSS	06/02/18	06/02/21	10/02/17	21/11/20	Mínimo de 30 créditos por ano 120 créditos ao final de 3 anos.
Hiram Carneiro Toledo dos Santos	Presidente do Conselho Fiscal Efetivo	ICSS	06/09/17	06/09/20	14/11/17	21/11/20	Mínimo de 30 créditos por ano 120 créditos ao final de 3 anos.
Carlos Eduardo Brasil Pereira(***)	Conselheiro Fiscal Efetivo	ICSS	29/11/20	29/11/23	01/02/17	21/11/20	Mínimo de 30 créditos por ano 120 créditos ao final de 3 anos.
Gustavo Botrel Coutinho de Melo	Conselheiro Fiscal Suplente	ICSS Prova	27/02/18	27/02/21	01/02/17	21/11/20	Mínimo de 30 créditos por ano 120 créditos ao final de 3 anos.
Arthur Michilini Silva (****)	Analista de investimentos	CPA-20 AMBIMA	17/10/2018	17/10/2021	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável
Max Leandro Ferreira Tavares (****)	Gerente de Gestão de Investimentos	ICSS	31/12/16	31/12/19	-	-	Mínimo de 30 créditos por ano 120 créditos ao final de 3 anos.
Marcia Aparecida Tavares Martins(****)	Especialista de Gestão de Investimentos	APIMEC	31/12/16	31/12/21	Não Aplicável	Não Aplicável	Mínimo de 40 pontos em ao final de 5 anos.
Marcelo da Fonseca Gouveia (****)	Especialista de Gestão Novos Negócios	APIMEC	20/04/17	20/04/22	Não Aplicável	Não Aplicável	Mínimo de 40 pontos em ao final de 5 anos.



Rosemere	Especialista de	APIMEC	20/04/17	20/04/22	Não	Não	Mínimo de 40
Manoel da Silva (****)	Gestão de Investimentos				Aplicável	Aplicável	pontos em ao final de 5 anos.

(*) Em 10/01/2020 foi habilitado pela PREVIC e nomeado o atual Diretor de Benefícios Previdenciários Carlos Eduardo Brasil Pereira, com certificação vigente, que renunciou ao cargo de Conselheiro Fiscal efetivo em 05/12/2019.

(**) Em 21/01/2020 foi habilitado pela PREVIC e nomeado o atual Diretor Financeiro Max Leandro Ferreira Tavares, com certificação vigente. O ex-Diretor Luiz Guilherme de França Nobre Pinto passou a ser o Gerente da Gestão de Investimentos, com certificação vigente.

(***) O Conselheiro Fiscal Carlos Eduardo Brasil Pereira renunciou ao cargo de Conselheiro Fiscal em 05/12/2019, passando, a partir desta data, a ser Conselheiro Fiscal efetivo, o seu até então suplente, Gustavo Botrel Coutinho de Melo, que também consta do Quadro acima.

(****) Os profissionais integravam a área de Gestão de Investimentos e/ou participavam do CGC, que é um Comitê recomendativo.

Novos Conselheiros - com Prazo Limite de até 1 Ano do Início do Mandato para Certificação, de acordo com a Legislação Pertinente

NOME	FUNÇÃO	ÓRGÃO CERTIFICADOR	MANDATO INÍCIO	MANDATO FIM	PRAZO LIMITE CERTIFICAÇÃO
Thadeu Figueiredo Rocha	Conselheiro Deliberativo Suplente	NÃO TEM	01/11/19	30/06/23	01/11/20
Homero Gonçalves de Andrade	Conselheiro Deliberativo Suplente	NÃO TEM	06/09/19	30/06/23	06/09/20
Rodrigo Dias Ramires	Conselheiro Deliberativo Suplente	NÃO TEM	06/09/19	30/06/23	06/09/20
NOME	FUNÇÃO	ÓRGÃO CERTIFICADOR	MANDATO INÍCIO	MANDATO FIM	PRAZO LIMITE CERTIFICAÇÃO
Ailton Andrade	Conselheiro Fiscal Efetivo	NÃO TEM	29/08/19	30/06/23	29/08/20
Dan Abensur Gandelman	Conselheiro Fiscal Suplente	NÃO TEM	29/08/19	30/06/23	29/08/20
João Vicente Amato Torres	Conselheiro Fiscal Efetivo	NÃO TEM	05/12/19	30/06/23	05/12/20



II. Aderência e Enquadramento na Execução da Política de Investimento.

A Política de Investimento 2019-2023, aprovada pelo Conselho Deliberativo da ELETROS – CDE na 360ª Reunião, realizada em 14/12/2018, tem como objetivo estabelecer diretrizes e medidas a serem observadas por todas as pessoas, internas ou externas à Entidade, bem como dar transparência aos patrocinadores, participantes e assistidos em relação aos principais aspectos relacionados à gestão dos investimentos e riscos.

Compete ao Conselho Fiscal da ELETROS - CFE, dentre outras responsabilidades, verificar que a aplicação dos recursos está sendo executada de acordo com os objetivos planejados e correspondem as necessidades do plano.

Nesse contexto, cabe registrar que ao longo do ano o CFE reforçou junto a Diretoria Financeira a necessidade de revisão da Política de Investimento, no tocante às atribuições do CFE previstas na legislação, regimento interno e estatuto social, tendo sido incluída na Política de Investimento 2020.

No que diz respeito à aderência da alocação à política de investimentos referente ao exercício de 2019, considerando as informações disponibilizadas para o CFE, constata-se que a ELETROS vem mantendo a gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios por ela administrados em conformidade com as diretrizes da Política de Investimento vigente, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Segmentos	BD Eletrobrás		CD Eletrobrás		CV ONS	
	PI	dez-19	PI	dez-19	PI	dez-19
Renda Fixa	51,00% a 92,00%	68,80%	50,00% a 89,00%	70,52%	56,00% a 88,00%	69,60%
Renda Variável	5,00% a 20,00%	18,22%	9,00% a 28,00%	23,87%	10,00% a 30,00%	28,21%
Estruturados	0,00% a 6,00%	1,01%	0,00% a 4,00%	0,00%	0,00% a 2,00%	0,00%
Imóveis	0,00% a 11,00%	8,14%	0,00% a 6,00%	3,23%	-	-
Empréstimos	3,00% a 10,00%	3,83%	2,00% a 10,00%	2,38%	2,00% a 10,00%	2,20%
Exterior	0,00% a 2,00%	-	0,00% a 2,00%	-	0,00% a 2,00%	-

Segmentos	EPE		CD CERON		PGA	
	PI	dez-19	PI	dez-19	PI	dez-19
Renda Fixa	56,00% a 90,00%	70,11%	56,00% a 90,00%	77,60%	0,00% a 100,00%	100,00%
Renda Variável	10,00% a 30,00%	28,54%	10,00% a 30,00%	22,40%	-	-
Estruturados	0,00% a 2,00%	-	0,00% a 2,00%	-	-	-
Imóveis	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	0,00% a 10,00%	1,35%	0,00% a 10,00%	-	-	-
Exterior	0,00% a 2,00%	-	0,00% a 2,00%	-	-	-

fonte: Relatório RAI – Relatório Anual 2019 ELETROS



Diante dos resultados apresentados, constata-se que todos os limites (inferiores e superiores) da Política de Investimentos, de todas as categorias de investimentos em todos os planos, foram respeitados no ano de 2019.

Referências:

- Política de Investimento de 2019 - aprovada pelo Conselho Deliberativo da ELETROS na 360ª Reunião, realizada em 14/12/2018;
- Documentos complementares disponibilizados pela ELETROS ao CFE ao longo do período e para esse Relatório de Manifestação além dos relacionados no item Documentos de Referência. Memorando DF/GCI-042/19 de 11/10/2019, Relatório Anual 2019.

III. Rentabilidade dos Investimentos

Ao longo do ano de 2019, o Conselho Fiscal, em suas reuniões ordinárias e extraordinárias, analisou e discutiu internamente e junto a Direção da ELETROS, os resultados de rentabilidade dos investimentos, de cada plano de benefícios administrados pela ELETROS.

De forma frequente as equipes da ELETROS e/ou empresas de auditoria independentes, contratadas, elaboram documentos sobre rentabilidade dos ativos administrados pela ELETROS. Os documentos produzidos são compilados e analisados pelo Conselho Fiscal e permitem que se comprovem os rendimentos alcançados por plano de benefício e por perfil de investimento bem como questões relativas a aspectos que impactam nos rendimentos realizados, como aspectos dos cenários nacional e internacional.

Os resultados médios alcançados no ano de 2019 apresentaram resultados superiores aos previstos, para todos os planos de benefícios, conforme dados da tabela a seguir. Cabe salientar que as metas ou resultados previstos são elaborados a partir de projeções e estudos de matriz econômica e atuarial que visam garantir a sustentabilidade de cada plano administrado pela ELETROS de forma a possibilitar o recebimento de benefícios previdenciários, que cada participante ou dependente poderá fazer jus, no futuro.

Rentabilidade nominal prevista na política de investimentos vs realizada

	Prevista*	Realizada	Meta ou Taxa de Referência
BD Eletrobrás	9,40%	25,47%	10,37%
CD Eletrobrás Puro	8,00%	11,95%	9,97%
CD Eletrobrás Saldado	9,40%	24,71%	9,97%
CV ONS	8,40%	12,73%	9,97%
EPE	8,10%	12,23%	9,97%
CD CERON	8,00%	11,45%	9,08%
PGA	9,10%	16,24%	9,39%

* Estimativa de INPC em 4,20% menor que o INPC realizado de 4,48%

** No caso dos planos CD's e CV's, ao invés de meta atuarial, temos taxa de referência do plano.

fonte: Relatório RAI – Relatório Anual 2019 ELETROS

Os resultados médios apresentados na tabela acima representam os valores percentuais previstos e realizados, para o conjunto de ativos de investimentos, de cada plano de benefício e nas tabelas a seguir são apresentados os resultados em valores absolutos obtidos e os respectivos esclarecimentos, para cada plano de benefício.



Plano BD Eletrobrás – Recursos garantidores de R\$ 2.210 milhões:

Positivo em R\$ 266,65 milhões em 2019 (Previsto versus realizado)	
Diferença	
Ações e Fundos de Investimento em Ações	Positiva em R\$ 65,21 milhões
Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados	Positiva em R\$ 192,42 milhões
Imóveis	Positiva em R\$ 7,15 milhões
Empréstimo	Negativa em R\$ 3,28 milhões
Fundo Investimento Participações	Positiva em R\$ 4,04 milhões
Outros	Positiva em R\$ 1,11 milhão
Total do plano BD Eletrobrás	Positiva em R\$ 266,65 milhões

Principais variações

Ações e Fundos de Investimento em Ações¹: a diferença ocorreu em função da variação da carteira total de ações ser superior à variação projetada do IBrX previsto para o ano de 2019.

Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados: a principal variação ocorreu por conta da alta do IGP-M no ano além do previsto, índice que corrige a Letra Hipotecária pertencente ao plano, e pela valorização deste mesmo título no mercado.

Imóveis²: a previsão para 2019 era que os imóveis Herm Stoltz e o Vital Brazil ficassem desocupados em função do deslocamento da Eletrobrás para o Ed. Mario Behring, contudo, os imóveis não foram desocupados e permaneceram alugados. Dessa forma, o valor de recebimento foi superior ao previsto.

Empréstimo: a principal variação ocorreu pela diferença do INPC. A previsão considerava um INPC de 4,61% no ano de 2019 (defasagem de dois meses), enquanto o realizado foi de 2,55% no período (defasagem de dois meses).

Fundo Investimento Participações: a variação ocorreu pela valorização do investimento no FIP Hamilton Lane acima do previsto em 2019.

Outras: a variação ocorreu por reversão do fundo prestamista
fonte: MEMO DF/GIN 001/20, página 1.

CD Eletrobrás Saldado (BPDS) – Recursos garantidores de R\$ 428 milhões:

Positivo em R\$ 50,95 milhões em 2019 (Previsto versus realizado)	
Diferença	
Ações e Fundos de Investimento em Ações	Positiva em R\$ 15,65 milhões
Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados	Positiva em R\$ 34,74 milhões

¹ A carteira total de ações é representada pela combinação de duas estratégias, uma carteira de ações mais aderente ao IBrX (Carteira Própria), com menor risco, e outra, composta por Fundos de Investimentos em Ações, que possuem um limite de risco mais elevado. A carteira total de ações é a mesma para todos os planos.

² Apenas os planos BD ELETROBRÁS, CD ELETROBRÁS PURO e BPDS participam da carteira total de Imóveis.



Imóveis	Positiva em R\$ 0,77 milhão
Empréstimo	Negativa em R\$ 0,40 milhão
Outras	Positiva em R\$ 0,19 milhão
Total do CD ELETROBRÁS SALDADO (BPDS)	Positiva em R\$ 50,95 milhões

Principais variações

Ações e Fundos de Investimento em Ações¹: a diferença ocorreu em função da variação da carteira total de ações ser superior à variação projetada do IBrX previsto para o ano.

Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados: a variação negativa ocorreu pelo fato do CDI no ano ser inferior ao previsto.

Imóveis²: a previsão para 2019 era que os imóveis Herm Stoltz e o Vital Brazil ficassem desocupados em função do deslocamento da ELETROBRÁS para o Ed. Mario Bhering, contudo, os imóveis não foram desocupados e permaneceram alugados o ano inteiro. Dessa forma, o valor de recebimento foi superior ao previsto.

Empréstimo: a principal variação ocorreu pela diferença do INPC. A previsão considerava um INPC de 4,61% no ano de 2019 (defasagem de dois meses), enquanto o realizado foi de 2,55% no período (defasagem de dois meses).

fonte: MEMO DF/GIN 001/20

CD Eletrobrás Puro – Recursos garantidores de R\$ 1.680 milhões:

Positivo em R\$ 40,14 milhões em 2019 (Previsto versus realizado)	
	Diferença
Ações e Fundos de Investimento em Ações	Positiva em R\$ 70,60 milhões
Títulos Públicos	Negativa em R\$ 2,54 milhões
Fundo de RF + Créditos Privados	Negativa em R\$ 29,20 milhões
Empréstimo	Negativa em R\$ 1,27 milhão
Outros	Positiva em R\$ 2,55 milhões
Total do plano CD ELETROBRÁS PURO	Positiva em R\$ 40,14 milhões

Principais variações

Ações e Fundos de Investimento em Ações¹: a diferença ocorreu em função da variação da carteira total de ações ser superior à variação projetada do IBrX previsto para o trimestre.

Títulos Públicos: a principal variação ocorreu por conta da valorização da carteira de NTN-B do plano acima do previsto.

Fundo de RF + Créditos Privados: a variação negativa ocorreu pelo fato do CDI no ano ser inferior ao previsto.

Imóveis²: a previsão para 2019 era que os imóveis Herm Stoltz e o Vital Brazil ficassem desocupados em função do deslocamento da ELETROBRÁS para o Ed. Mario Behring, contudo, os imóveis não foram desocupados e permaneceram alugados o ano inteiro. Dessa forma, o valor de recebimento foi superior ao previsto.



Empréstimo: a principal variação ocorreu pela diferença do INPC. A previsão considerava um INPC de 4,61% no ano de 2019 (defasagem de dois meses), enquanto o realizado foi de 2,55% no período (defasagem de dois meses).

fonte: MEMO DF/GIN 001/20

¹ A carteira total de ações é representada pela combinação de duas estratégias, uma carteira de ações mais aderente ao IBrX (Carteira Própria), com menor risco, e outra, composta por Fundos de Investimentos em Ações, que possuem um limite de risco mais elevado. A carteira total de ações é a mesma para todos os planos.

² Apenas os planos BD ELETROBRÁS, CD ELETROBRÁS PURO e BPDS participam da carteira total de Imóveis.

CV ONS – Recursos garantidores de R\$ 704 milhões:

Positivo em R\$ 21,07 milhões em 2019 (Previsto versus realizado)	
Diferença	
Ações e Fundos de Investimento em Ações	Positiva em R\$ 33,87 milhões
Empréstimo	Negativa em R\$ 0,65 milhão
Outras	Negativo em R\$ 12,15 milhões (*)
Total do plano CV ONS	Positiva em R\$ 21,07 milhões

Principais variações

Ações e Fundos de Investimento em Ações¹: a diferença ocorreu em função da variação da carteira total de ações ser superior à variação projetada do IBrX previsto para o trimestre.

Empréstimo: a principal variação ocorreu pela diferença do INPC. A previsão considerava um INPC de 4,61% no ano de 2019 (defasagem de dois meses), enquanto o realizado foi de 2,55% no período (defasagem de dois meses).

fonte: MEMO DF/GIN 001/20

CV EPE – Recursos garantidores de R\$ 106 milhões:

Positivo em R\$ 2,97 milhões em 2019 (Previsto versus realizado)	
Diferença	
Ações e Fundos de Investimento em Ações	Positiva em R\$ 4,94 milhões
Outras	Negativo em R\$ 1,97 milhão (*)
Total do plano CV EPE	Positiva em R\$ 2,97 milhões

Principais variações

Ações e Fundos de Investimento em Ações¹: a diferença ocorreu em função da variação da carteira total de ações ser superior à variação projetada do IBrX previsto para o trimestre.

fonte: MEMO DF/GIN 001/20



CD CERON – Recursos garantidores de R\$ 163 milhões:

Positivo em R\$ 5,77 milhões em 2019 (Previsto versus realizado)	
Diferença	
Ações e Fundos de Investimento em Ações	Positiva em R\$ 6,68 milhões
Outras	Negativa em R\$ 0,91 milhão (*)
Total do plano CD CERON	Positiva em R\$ 5,77 milhões

Principais variações

Ações e Fundos de Investimento em Ações¹: a diferença ocorreu em função da variação da carteira total de ações ser superior à variação projetada do IBrX previsto para o trimestre.

fonte: MEMO DF/GIN 001/20

(*) A variação negativa ocorreu, principalmente, pelo fato do CDI no ano de 2019 ser inferior ao previsto.

¹ A carteira total de ações é representada pela combinação de duas estratégias, uma carteira de ações mais aderente ao IBrX (Carteira Própria), com menor risco, e outra, composta por Fundos de Investimentos em Ações, que possuem um limite de risco mais elevado. A carteira total de ações é a mesma para todos os planos.



PGA – saldo de R\$118,3 milhões:

A diferença total entre o previsto e o realizado foi positiva em R\$ 9,9 milhões no ano de 2019. A variação positiva ocorreu por conta da marcação a mercado dos títulos de renda fixa que compõem a parcela dos investimentos do PGA.

fonte: MEMO DF/GIN 001/20

Os planos de benefícios CD Eletrobrás, CV EPE e ONS possuem um mecanismo específico, oferecido pela ELETROS, opções de perfil de investimentos, com cinco (5) modalidades: Agressivo, Moderado, ELETROS, Conservador e Super Conservador.

Assim os participantes dos planos CD Eletrobrás, CV EPE e ONS podem adotar um dos perfis de investimentos existentes e, semestralmente, podem fazer a migração, registrando sua opção nos canais informados pela ELETROS. A escolha de um perfil de investimento, aos participantes dos planos CD Eletrobrás, CV EPE e ONS é feita de forma livre e opcional de maneira que cada participante possa adotar um perfil de investimento que seja mais adequado a sua visão de risco e perspectiva de rendimento.

Nas tabelas a seguir são apresentados os resultados de 2019, por perfil de investimento, considerando cada um dos ativos de investimento dos planos de benefícios CD Eletrobrás, CV EPE e ONS:

Plano CD Eletrobrás

	AGRESSIVO		MODERADO		ELETROS		CONSERVADOR		SUPER CONSERVADOR	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
Renda Fixa	6,21%	1,65%	6,21%	1,65%	6,21%	1,65%	6,21%	1,65%	6,21%	1,65%
Renda Variável	36,85%	30,98%	36,85%	30,98%	36,85%	30,98%	36,85%	30,98%	0,00%	0,00%
Imóveis	8,13%	3,49%	8,13%	3,49%	8,13%	3,49%	8,13%	3,49%	8,13%	3,49%
Empréstimos	9,58%	4,88%	9,58%	4,88%	9,58%	4,88%	9,58%	4,88%	9,58%	4,88%
Inv. Estruturados	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Consolidado	19,45%	14,33%	15,09%	10,15%	12,22%	7,41%	10,81%	6,06%	6,35%	1,79%

fonte: Relatório RAI – Relatório Anual 2019 ELETROS
Plano EPE

	AGRESSIVO		MODERADO		ELETROS		CONSERVADOR		SUPER CONSERVADOR	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
Renda Fixa	6,20%	1,64%	6,20%	1,64%	6,20%	1,64%	6,20%	1,64%	6,20%	1,64%
Renda Variável	36,85%	30,98%	36,85%	30,98%	36,85%	30,98%	36,85%	30,98%	0,00%	0,00%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimos	9,95%	5,23%	9,95%	5,23%	9,95%	5,23%	9,95%	5,23%	9,95%	5,23%
Inv. Estruturados	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Consolidado	19,04%	13,94%	14,72%	9,80%	12,23%	7,41%	10,49%	5,75%	6,25%	1,69%

fonte: Relatório RAI – Relatório Anual 2019 ELETROS
Plano CV ONS

	AGRESSIVO		MODERADO		ELETROS		CONSERVADOR		SUPER CONSERVADOR	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
Renda Fixa	6,20%	1,65%	6,20%	1,65%	6,20%	1,65%	6,20%	1,65%	6,20%	1,65%
Renda Variável	36,85%	30,98%	36,85%	30,98%	36,85%	30,98%	36,85%	30,98%	0,00%	0,00%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimos	5,25%	0,74%	5,25%	0,74%	5,25%	0,74%	5,25%	0,74%	5,25%	0,74%
Inv. Estruturados	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Consolidado	19,30%	14,19%	14,80%	9,88%	12,05%	7,24%	10,57%	5,82%	6,18%	1,63%

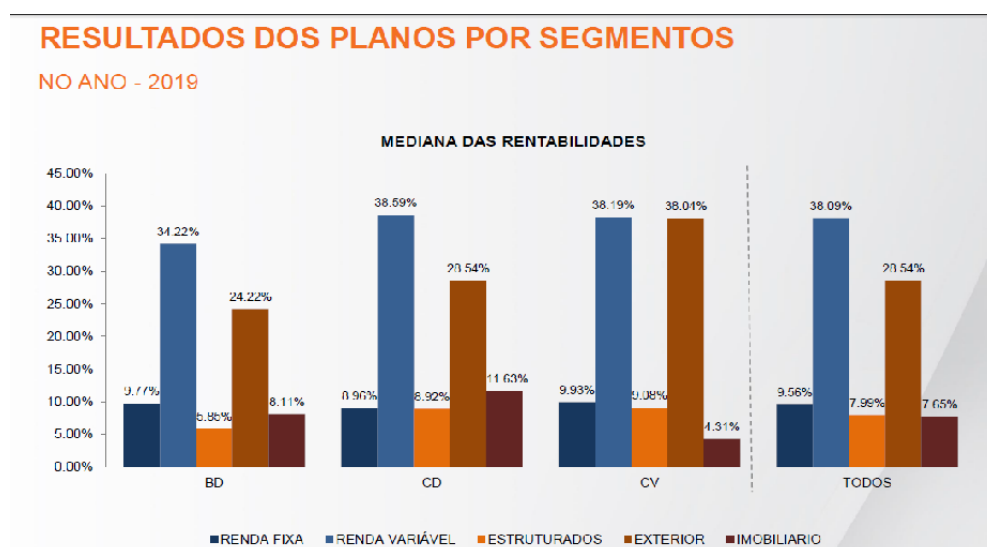
fonte: Relatório RAI – Relatório Anual 2019 ELETROS


A fim de atender os preceitos da Resolução CNPC nº 30/2018 que estabeleceu a necessidade da realização de estudo técnico para demonstração da convergência entre a rentabilidade dos investimentos e a taxa real de juros, para planos de benefícios que possuam benefícios estruturados na modalidade de benefício definido – BD a ELETROS utilizou os serviços da consultoria Willis Towers Watson – WTW, para avaliar as questões pertinentes ao plano BD Eletrobrás.

A consultoria WTW, em seu relatório IN 010/2019, emitido em dezembro/2019 o qual tinha por objetivo elaborar estudo técnico de convergência da taxa real de juros, para suportar os investimentos, do plano de benefícios BD Eletrobrás. Avaliando aspectos atuariais e dos investimentos, demonstrou que as premissas adotadas no ano de 2019, em relação a TIR – Taxa Interna de retorno atendia aos requisitos definidos na Instrução PREVIC nº 10/2018 a qual exige um nível de confiança mínimo de 50% enquanto os resultados do estudo efetuado pela WTW, para TIR utilizada como referência em 2019, de 4,8%, demonstrou um nível de confiança de 62%. O relatório emitido pela WTW tem por finalidade a definição de estratégia de alocação de ativos (*Asset Allocation*)

Estudo comparativo contratado pela ELETROS à consultoria ADITUS, avaliando o resultado de 119 EFPC's, as quais representam 234 planos de benefícios e cerca de 234 Bilhões de reais de ativos, apontou resultados de rendimentos de investimentos e segmentos, baseados na mediana, conforme a tabela a seguir

Resultados de estudo realizado pela ADITUS (119 EFPC's e 234 planos de benefícios).



fonte: Estudo comparativo de desempenho – ADITUS 2019

Comparando o estudo realizado pela consultoria externa ADITUS, tabela acima, com os resultados alcançados pela ELETROS, no ano de 2019, apresentados na tabela a seguir é possível destacar que o plano de benefícios BD – Eletrobrás teve resultado superior a mediana em todas as modalidades de ativo, enquanto que o plano CD Eletrobrás foi levemente inferior a mediana dos planos estudados no comparativo da ADITUS.

Os planos CD CERON, CV EPE e ONS, tiveram um resultado inferior de 37,56% em renda fixa e levemente inferior em renda variável, quando comparados com o estudo comparativo da ADITUS. Cabe ressaltar que os ativos de renda fixa dos planos CD CERON, CV EPE e ONS Enquanto os Planos CD CERON, CV EPE e CV ONS possuem, em suas carteiras de renda fixa



títulos atrelados ao CDI, enquanto que os Planos CDs e CVs, acompanhados pela Aditus, possuem, na grande maioria dos planos de benefícios do universo de estudo, a composição dos investimentos, no segmento de renda fixa, em títulos atrelados a índices de preços.

O plano PGA, com ativos exclusivamente em renda fixa apresentou resultado consideravelmente superior, quando comparado com qualquer uma das modalidades de plano de benefícios, acima em 63% frente ao melhor resultado mediano, apresentado pelo estudo comparativo da ADITUS, relativo à renda fixa para os planos CV's.

	BD ELETROBRAS	CD ELETROBRAS	CV ONS	CV EPE	CD CERON	PGA
	Atuarial	Referência	Referência	Referência	Referência	Referência
Segmentos	Nominal	Nominal	Nominal	Nominal	Nominal	Nominal
Renda Fixa	27,02%	9,56%	6,20%	6,20%	6,19%	16,24%
Renda Variável	36,85%	36,85%	36,85%	36,85%	36,85%	-
Imóveis	8,13%	8,13%	-	-	-	-
Empréstimos	9,32%	9,13%	5,25%	9,95%	-	-
Inv. Estruturados	32,19%	-	-	-	-	-
Consolidado	25,47%	14,33%	12,73%	12,23%	11,45%	16,24%

fonte: Relatório RAI – Relatório Anual 2019 ELETROS



III.1 Custos com a Administração dos Investimentos

Despesas Diretas de Investimento (R\$ mil)

Classificação da Despesa	Consolidado	Carteira Própria	FIM Renda Fixa	FIA Renda Variável	FI Estruturado
Controladoria	117	36	65	16	-
Gestão	4.617	-	383	4.079	155
Custódia	462	151	259	53	-
Performance	2.017	-	-	2.017	-
Administrador	22	-	-	-	22
DOC	-	-	-	-	-
IOF	0	-	0	-	-
CVM	250	-	158	91	2
CETIP	368	148	120	96	4
CBLC	27	9	0	17	-
SELIC	102	31	70	2	-
BACEN	-	-	-	-	-
ANDIMA	-	-	-	-	-
ANBIMA	34	-	19	15	-
Taxa de Swap	-	-	-	-	-
Taxa de Bolsa	2.145	328	23	1.794	-
Cartório	2	-	0	2	-
Consultoria	-	-	-	-	-
Auditoria	27	-	15	12	-
Permanência	0	-	0	0	-
Outros	12	0	1	4	7
TOTAL DAS DESPESAS	10.204	704	1.111	8.198	191

Despesas Administrativas de Investimento (R\$ mil)

Classificação da Despesa	Consolidado
Pessoal e Encargos	10.582
Treinamentos, Congressos e Seminários	81
Viagens e Estádias	33
Serviços de Terceiros	1.452
Despesas Gerais	580
Depreciação e Amortização	913
TOTAL DAS DESPESAS	13.641

Despesas de 2019 x 2018 (em R\$ mil)

Despesa	2019	Dos Recursos Garantidores (%)	2018	Dos Recursos Garantidores (%)	Varição (%)
1 - Administrativa de Gestão Previdenciária	16.899	0,31%	16.632	0,35%	1,61%
2 - Administrativa de Investimentos	13.641	0,25%	13.535	0,28%	0,78%
3 - Direta de Investimentos	10.204	0,19%	6.678	0,14%	52,79%
4 - Total de Despesa Administrativa (1+2)	30.540	0,56%	30.167	0,63%	1,24%
5 - Total de Despesa de Investimento (2+3)	23.845	0,44%	20.213	0,42%	17,97%
6 - Total de Despesa (1+2+3)	40.744	0,75%	36.845	0,77%	10,58%
7 - Recursos Garantidores	5.420.706		4.759.926		13,88%

Fonte: Memorando DF/GCI 010/2020

O acréscimo de 10,58% quando comparados os resultados do total de despesa no ano de 2019 quando comparado com o ano de 2018 pode ser justificado pelo acréscimo de despesas "direta de investimentos".

É importante salientar que o aumento das despesas "direta de investimentos" é justificável pelos seguintes aspectos:



- Acréscimo no volume de recursos administrados por terceiros (de 0,14% em 2018 para 0,19% em 2019);
- Resultados da rentabilidade de renda variável alcançando ótimos resultados, fato que pode ser comprovado quando comparamos os resultados apresentados pela consultoria Aditus em análise de ativos de 119 EFPC's e os resultados alcançados em renda variável pela ELETROS, em especial nas carteiras administradas por terceiros. É importante salientar que quando uma carteira administrada por terceiros supera seus benchmarks essa administradora também faz jus a uma remuneração por performance, o que apesar de representar um aumento de despesa, traduz em maior retorno líquido à ELETROS e, por conseguinte, aos participantes dos planos de benefícios administrados pela ELETROS;
- Avaliando os custos com taxas de bolsa o acréscimo observado no ano de 2019 em relação ao ano de 2018 se traduz no aumento das negociações das carteiras de ações, fato que apesar de elevar os custos de negociação trouxe ganhos consideráveis quando se observa o resultado da rentabilidade das carteiras de ações.

III.2 Créditos de Liquidação Duvidosa nos Investimentos

Conforme relatório de demonstrações contábeis elaborado pela KPMG auditores independentes, emitido em 26 de março de 2020, foi declarado no item 6 - página 33, provisão de créditos de Liquidação Duvidosa PCLD de empréstimos, no valor de R\$ 2.500 mil (1.500 mil em 2018).

(...)

De acordo com o relatório de demonstrações contábeis elaborado pela KPMG auditores independentes, emitido em 26 de março de 2020, foi declarado no item 6 - página 34, em função do esgotamento dos recursos jurídicos e da impossibilidade de recebimento das Debêntures da empresa Ferreira Guimarães, a ELETROS efetuou baixa contábil do referido investimento como também da sua provisão de perda (PCLD), que estava provisionado desde 2005 e que no ano de 2018 foi declarado em valor de R\$ 2.688 mil.

(...)

De acordo com o relatório de demonstrações contábeis auditadas pela KPMG, em 31/12/2019, foi declarado no item 10 - página 51 e 10.1.2 - página 52 a provisão, para cobrir eventuais perdas com contingências cíveis e tributárias das quais as principais são o Programa de Integração Social (PIS) R\$ 3.121 mil (R\$2.666 mil em 2018) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) R\$ 18.086 mil (15.320 mil em 2018).



IV. Aderência das Premissas e Hipóteses Atuariais

O Conselho Fiscal atua tanto na emissão de Parecer sobre os testes de aderência—das premissas, hipóteses atuariais e taxas de juros, assim como constantemente busca evidências da aderência de tais estudos em relação aos planos BD, CDs e CVs administrados pela ELETROS. A emissão de Parecer sobre as hipóteses biométricas a vigorarem a partir de 31/12/2018 até 30/12/2019 ocorreu na 388ª Reunião do Conselho Fiscal, de 30/11/2018. As tabelas a seguir apresentam as principais premissas e hipóteses atuariais para os planos administrados pela ELETROS.

PLANO BD Eletrobrás / Cepel / ELETROS

Premissa	Hipóteses válidas de 31/12/2018 a 30/12/2019
Mortalidade de Válidos	AT-2000 M&F suavizada em 10%
Mortalidade de Inválidos	RRB-1983
Entrada em Invalidez	Light Fraca
Rotatividade	Nula
Entrada em Aposentadoria	100% na primeira elegibilidade ao benefício integral
Crescimento Real dos salários	1,00% a.a.
Crescimento Real dos Benefícios	0% a.a.
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Salários, Benefícios e Benefícios do INSS	98% a.a.
Composição de Família de Pensionistas	70% casados e dependente vitalício 6 anos mais novo



Planos CDs e CV administrados pela ELETROS

Premissa	Hipóteses válidas de 31/12/2018 a 30/12/2019
Mortalidade Geral	AT-2000 M&F suavizada em 10%
Entrada em Invalidez	Grupo Americana
Mortalidade de Inválidos	AT-49 Masculina
Composição Familiar	85% casados e mulher 4 anos mais nova que o homem
Indexador do Plano	Cotas do Patrimônio / INPC
Fator Capacidade	0,98

Dentre as premissas acima, a taxa de mortalidade é uma das que apresentam maior impacto, principalmente para cálculo do equacionamento financeiro do plano BD. Ao longo de 2019 o CFE avaliou junto a área atuarial da ELETROS esta hipótese, acompanhando a evolução de falecimentos no plano. Trata-se de um trabalho de difícil avaliação, justamente pelo baixo número de eventos e até mesmo de participantes do plano, o que dificulta testes estatísticos de aderência à hipótese. De 31/12/2017 para 31/12/2018 houve uma alteração da hipótese de Mortalidade Geral, que saiu da tábua AT-2000 Basic M&F para a tábua AT-2000 M&F suavizada em 10%. Tal suavização prevê, na prática, menos mortes do conjunto de participantes, sendo necessário maior provisionamento para pagar benefícios (especialmente no plano BD). Desta forma o CFE considerou a hipótese adequada, uma vez que está em consonância a prática mais conservadora observada no mercado de previdência.

As hipóteses de taxas reais de juros que válidas de 31/12/2018 até 30/12/2019 são:

PLANO	Hipóteses válidas de 31/12/2018 a 30/12/2019
BD Eletrobrás	5,64%
CD Eletrobrás	5,25%
CV ONS	5,25%
EPE	5,25%
CD CERON	4,40%

Entre outras premissas, a área atuarial da ELETROS, Assessoria Atuarial e Controladoria de Benefícios - ACB e a Consultoria Willis Towers Watson (Plano BD) consideraram adequadas e aderentes, ao qual o CFE emitiu parecer de concordância após análise de apresentações e documentação.



IV.1 Plano BD ELETROBRÁS - Patrimônio de Cobertura x Passivo Atuarial

O Plano BD apresenta equacionamentos em andamento (2011, 2013 e 2015) com previsão de contribuições definidas em percentual da folha de salário real de contribuição/benefícios:

Patrocinadoras: 13,90% (estimado com base na tabela de contribuição aprovada pelo Conselho Deliberativo)

Deficit Equacionado 2013: 50,53%, sendo 39,95% pelo prazo de 14 anos e 6 meses e 10,59% pelo prazo de 3 anos e 10 meses

Deficit Equacionado 2015: 18,67% pelo prazo de 15 anos e 1 mês.

Participantes Ativos: 13,90% (estimado com base na tabela de contribuição aprovada pelo Conselho Deliberativo),

Deficit Equacionado 2013: 24,22%, pelo prazo de 3 anos e 10 meses

Deficit Equacionado 2015: 4,94% pelo prazo de 15 anos e 1 mês.

Participantes Assistidos: 7,82 % (estimado com base na tabela de contribuição aprovada pelo Conselho Deliberativo)

Déficit Equacionado 2011: 2,42%* pelo prazo de 18 anos e 6 meses,

Deficit Equacionado 2013: 11,23%, pelo prazo de 14 anos e 6 meses

Deficit Equacionado 2015: 6,58% pelo prazo de 15 anos e 1 mês

*Somente os assistidos "não-blindados", com a aprovação do PED 2011 ajustado, os percentuais de ativos e assistidos foram alterados

(<https://www.ELETROS.com.br/noticias/plano-bd-eletobras-revisao-do-plano-de-equacionamento-do-deficit-ped-de-2010-2011/>)

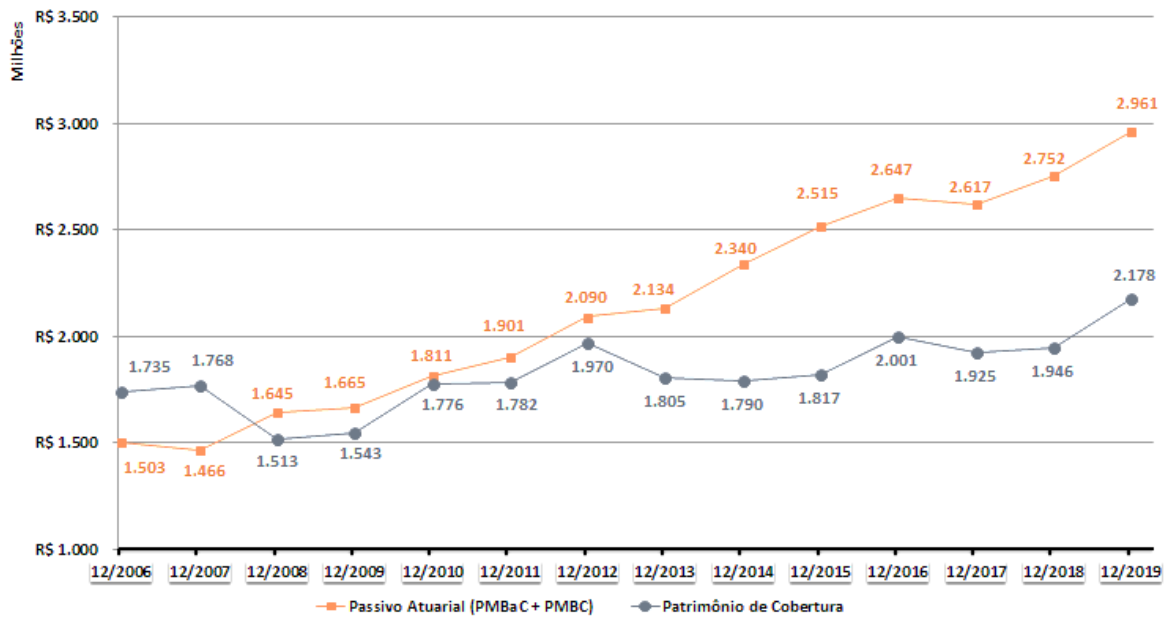
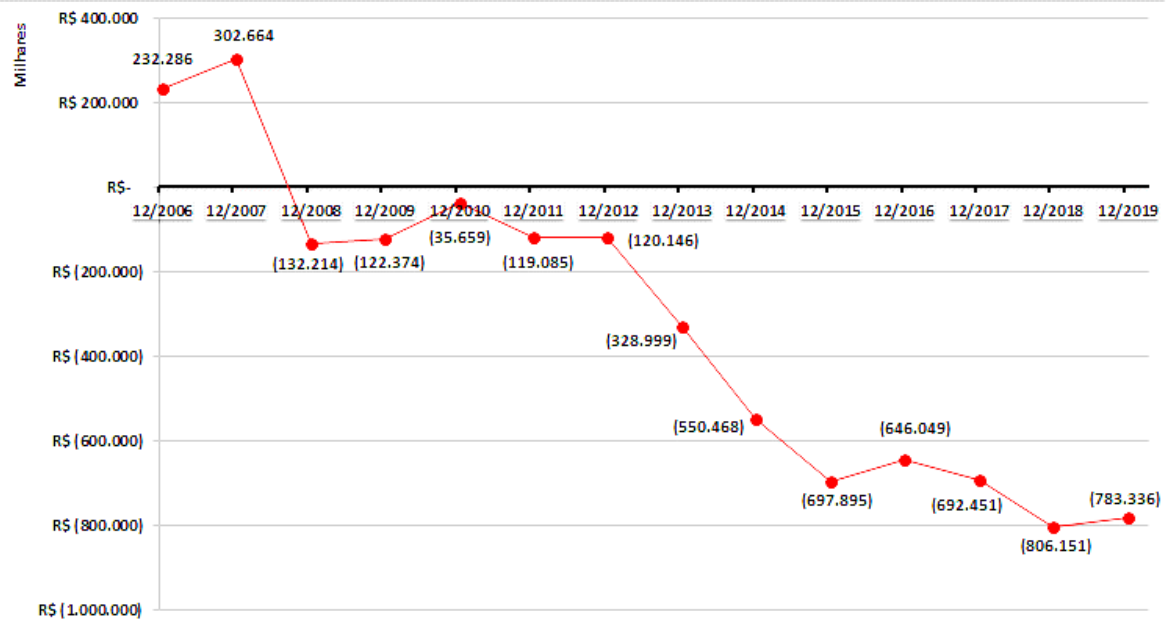
No ano de 2019, houve retração do déficit. Como aponta a consultoria atuarial Willis Towers Watson, o déficit técnico reduziu de 164.581.331,36 em 31/12/2018 para 113.904.283,27 em 31/12/2019. Tal redução se deu, em grande maioria, pela rentabilidade do plano BD Eletrobrás. A rentabilidade nominal do Plano de Benefícios BD Eletrobrás líquida da taxa de administração foi de 24,85% em 2019. Esse percentual líquido da inflação anual de 4,48% (variação do INPC no ano de 2019) resulta em uma rentabilidade de 19,49%, que é superior à hipótese da taxa real anual de juros de 5,64% a.a. utilizada na avaliação atuarial de 2018. A rentabilidade mencionada reflete a marcação a mercado dos ativos do plano ocorrida em 31/12/2019.

Destaca-se que, conforme estudo técnico realizado pela consultoria, a hipótese de taxa real de juros do Plano foi alterada de 5,64% ao ano, em 31/12/2018, para 4,80 ao ano, em 31/12/2019, cujo impacto no Passivo Atuarial do plano foi estimado pelos técnicos da Fundação em cerca de R\$ 219,0 milhões.

O déficit apurado em 31/12/2019 é inferior ao limite de equacionamento definido pela Resolução CNPC 30 de 2018, não havendo obrigação de equacionar via parcelas adicionais.

Para melhor acompanhar a evolução dos déficits em equacionamento, as tabelas com Evolução do Patrimônio, do Passivo Atuarial e dos Déficits do Plano BD Eletrobras são apresentadas a seguir.





IV.2 Base Cadastral

A ELETROS encerrou 2019 com 5.494 participantes, um decréscimo de 143 pessoas em relação a 2018. Tal fato decorreu basicamente do volume de resgates realizados por participantes do Plano CD CERON (219 resgates). A explicação para este fato pode ser atribuída aos desligamentos de empregados pela patrocinadora do plano, CERON, que foi privatizada em 2018.

	BD Eletrobrás	CV ONS	CD Eletrobrás	EPE	CD CERON	TOTAL
Ativos	133	833	996	259	269	2490
BPD's	15	107	84	29	29	264
Autopatrocinados	1	63	44	16	12	136
Assistidos	1306	155	551	18	103	2133
Pensões(*)	404	23	37	2	5	471
Total	1859	1181	1712	324	418	5562

(*) A partir do Relatório Anual de Informações (RAI) de 2018, considera-se a quantidade de pensões por participante gerador.

Referência: Relatório Anual de Informações do exercício de 2019

IV.3 Maturidade e Solvência dos Planos

Na tabela a seguir são apresentados retrato de 31/12/2019 dos percentuais de grau de maturidade e graus de solvência bruto e líquido.

	GRAU DE MATURIDADE EM %	GRAU DE SOLVÊNCIA BRUTO	GRAU DE SOLVÊNCIA LÍQUIDO
BD ELETROBRÁS	94,10%	73,50%	95,03%
CD ELETROBRÁS	63,00%	102,70%	101,21%
CV ONS	22,80%	101,50%	100,00%
EPE	9,70%	104,20%	100,00%
CD CERON	46,40%	104,20%	100,00%



O CFE destaca a diferença para o grau de solvência bruto e líquido do plano BD Eletrobrás, que se dá pelos déficits em equacionamento, conforme destacado anteriormente. O conselho fiscal segue atento aos equacionamentos, assim como os desdobramentos das contribuições do TAC assinado que foi cumprido por parte da ELETROS em março/2020. No plano BD há R\$ 655.484.389 de provisões matemáticas a constituir (Déficits 2011, 2013 e 2011) e R\$ 113.904.283 de déficit técnico acumulado, frente a um ativo total de R\$ 2.289.308.887. Esses valores explicam a grande diferença entre o grau de solvência bruto e líquido.

Os graus de maturidade dos planos refletem o estágio de provisões matemáticas de benefícios concedidos e as provisões matemáticas de benefícios a conceder.

V. Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária

Em 19/03/2020, por meio da Carta PR/AOE-008/20, foi encaminhado ao Conselho Fiscal os relatórios de acompanhamento orçamentário e os respectivos esclarecimentos para as principais variações entre o previsto e o realizado de janeiro a dezembro de 2019, constantes do Memorando DF/AOR-003/20, de 06/03/2020.

Adicionalmente, cumpre registrar que ao longo do exercício de 2019, o Conselho Fiscal apreciou os acompanhamentos orçamentários mensais, conforme consta do Parecer do Conselho Fiscal, datado de 26/03/2020.

Na análise da execução orçamentária, constatou-se a ocorrência de variações entre o previsto e o realizado. Destacam-se, como mais relevantes, os seguintes itens:

1- Provisões Atuariais (Planos BD-ELETROBRÁS e BPDS)

De acordo com o MEMO-DB/ACB – 004/20, de 14/02/2020 a diferença entre o previsto e realizado dos Planos BD-ELETROBRÁS e BPDS representam um montante de R\$ 96 Milhões e R\$ 8,8 Milhões, respectivamente, conforme demonstrado na tabela a seguir:



	Plano	BD Eletrobrás	BPDS
A	(-) Variação prevista	R\$ 84.195.013	R\$ 10.708.139
B	(-) Variação realizada	R\$ 181.112.021	R\$ 19.570.763
C = B - A	Diferença a justificar	R\$ 96.917.008	R\$ 8.862.623

Impacto em função de:			
D	INPC realizado < INPC esperado	-R\$ 24.132.357	-R\$ 3.387.839
E	Acréscimo não esperado das Provisões Matemáticas a Constituir, considerando o diferimento do início dos pagamentos dos Déficits de 2013 e 2015 em função do TAC	-R\$ 53.952.890	R\$ -
F	Alteração de Premissas Atuariais	R\$ 220.332.407	R\$ 12.567.960
G	Alteração dos cálculos atuariais dos ativos em função da reforma da previdência	-R\$ 15.947.215	R\$ -
H = C - D - E - F - G	Outros (Ganhos) / Perdas atuariais e/ou financeiras no período:	-R\$ 29.382.937	-R\$ 317.497

fonte: MEMO-DB/ACB - 004/20, de 14/02/2020

Dentre as justificativas apresentadas no referido Memorando, observa-se que o maior impacto positivo da variação está na rubrica "Alteração de Premissas Atuariais", correspondente a R\$ 220 Milhões.

As tabelas abaixo demonstram as premissas atuariais alteradas para 31/12/2019 dos Planos BD, CDs e CVs.

Testes de aderência de hipóteses biométricas e taxas de juros dos planos de benefícios previdenciários administrados pela ELETROS:

1) PLANO BD Eletrobrás / Cepel / ELETROS:

Hipótese	Hipótese utilizada em 31/12/2018	Hipóteses Atestadas para 31/12/2019
Mortalidade Geral	AT-2000 M&F suavizada em 10%	Manutenção da premissa de 2018
Entrada em Invalidez	LIGHT FRACA	Manutenção da premissa de 2018
Mortalidade de Inválidos	RRB-83	Manutenção da premissa de 2018
Rotatividade	Nula	Manutenção da premissa de 2018
Composição Familiar dos ativos	70% casados e mulher 6 anos mais nova que o homem	70% casados e mulher 9 anos mais nova que o homem
Indexador do Plano	INPC	Manutenção da premissa de 2018
Fator Capacidade	0,98	Manutenção da premissa de 2018
Crescimento salarial	1,00%	Manutenção da premissa de 2018
Probabilidade de entrada em aposentadoria	100% na primeira idade elegível à aposentadoria integral	Manutenção da premissa de 2018
Taxa real de juros	5,64% a.a.	4,80% a.a.

Vigência: a partir de 31/12/2019.



TESTES DE ADERÊNCIA DE HIPÓTESES BIOMÉTRICAS E TAXAS DE JUROS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS ADMINISTRADOS PELA ELETROS:

1) PLANO BD Eletrobrás / Cepel / ELETROS:

Hipótese	Hipótese utilizada em 31/12/2018	Hipóteses Atestadas para 31/12/2019
Mortalidade Geral	AT-2000 M&F suavizada em 10%	Manutenção da premissa de 2018
Entrada em Invalidez	LIGHT FRACA	Manutenção da premissa de 2018
Mortalidade de Inválidos	RRB-83	Manutenção da premissa de 2018
Rotatividade	Nula	Manutenção da premissa de 2018
Composição Familiar dos ativos	70% casados e mulher 6 anos mais nova que o homem	70% casados e mulher 9 anos mais nova que o homem
Indexador do Plano	INPC	Manutenção da premissa de 2018
Fator Capacidade	0,98	Manutenção da premissa de 2018
Crescimento salarial	1,00%	Manutenção da premissa de 2018
Probabilidade de entrada em aposentadoria	100% na primeira idade elegível à aposentadoria integral	Manutenção da premissa de 2018
Taxa real de juros	5,64% a.a.	4,80% a.a.

Vigência: a partir de 31/12/2019.

2) PLANOS CD E CVs ADMINISTRADOS PELA ELETROS:

Hipótese	Hipótese utilizada em 31/12/2018	Hipóteses Atestadas para 31/12/2019
Mortalidade Geral	AT-2000 M&F suavizada em 10%	Manutenção da premissa de 2018
Entrada em Invalidez	Grupo Americana	Manutenção da premissa de 2018
Mortalidade de Inválidos	AT-49 Masculina	Manutenção da premissa de 2018
Composição Familiar para os ativos do Plano BPDS	85% casados e mulher 4 anos mais nova que o homem	Manutenção da premissa de 2018
Indexador do Plano	Cotas do Patrimônio / INPC	Manutenção da premissa de 2018
Fator Capacidade	0,98	Manutenção da premissa de 2018
Taxa real de juros	5,25% a.a.*	4,80% a.a.*

* Plano CD CERON: 4,40% a.a. em 2018 e **4,10% a.a. em 2019.**

Vigência: a partir de 31/12/2019.

Por fim, ressalta-se que em 06/12/2019 foi emitido pelo Conselho Fiscal manifestação favorável aos testes de aderência de hipóteses biométricas e de taxas de juros.

2- Resultados de Investimentos dos Planos

O resultado acumulado dos investimentos no exercício de 2019 apresentou variação positiva de 86 % (R\$ 393 Milhões) em relação ao valor previsto para o exercício de 2019, de acordo com a seguinte composição por Planos:



Resultado dos Investimentos	Previsto 2019 JAN - DEZ	Realizado 2019 JAN - DEZ	Var. %	Var. R\$
Plano BD	194.552.606	461.201.692	137%	266.649.086
Plano BPDS	35.602.421	86.558.405	143%	50.955.983
Plano CD - Eletrobrás	140.428.965	180.566.802	29%	40.137.837
Plano CV ONS	56.807.639	77.879.474	37%	21.071.836
Plano CV EPE	8.340.521	11.308.797	36%	2.968.276
Plano CD CERON	9.706.020	15.479.042	59%	5.773.022
PGA	10.392.000	16.552.543	59%	6.160.543
TOTAL	455.830.172	849.546.755	86%	393.716.584

fonte: Planilha elaborada pelo CFE a partir de informações prestadas pela Diretoria Financeira

Destaca-se que as principais variações positivas que contribuíram para este resultado estão relacionadas a Ações e Fundos de Investimentos em Ações e Fundos de Renda Fixa + Títulos Públicos + Créditos Privados.

O detalhamento das principais variações está contido no documento MEMO-DF/GIN - 001/20.

4- Contingências

- A tabela abaixo demonstra, resumidamente, os valores Previstos e Realizados para o período de janeiro a dezembro de 2019, conforme consta dos Memorandos DF/AOR-003/20, de 06/03/2020 e DF/AOR-007/19, de 16/08/2019



Contingências	(Em R\$)		
	Previsto 2019 JAN - DEZ	Realizado 2019 JAN - DEZ	Var. %
Plano BD	-7.862.682	-1.132.751	14,4%
Plano BPDS	-88.902	-287.052	322,9%
Plano CD - Eletrobrás	-156.885	-363.052	231,4%
Plano CV ONS	-52.294	-167	0,3%
Plano CV EPE	0	-26	-
Plano CD CERON	-282.393	-415.692	147,2%
PGA	-2.122.545	-1.742.534	82,1%
TOTAL	-10.565.701	-3.941.274	37,3%

fonte: Consolidado a partir das informações do MEMO-DF/AOR- 003/20

Constata-se que ao longo do ano houve variações orçamentárias importantes entre o Previsto e Realizado. O valor Previsto é fornecido tendo como base o valor do ano anterior, atualizado e distribuído ao longo dos meses. Importante registrar que a ELETROS segue as Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Com relação às contingências a Norma utilizada para a classificação dos prognósticos é a NBC TG 25(R1).

As justificativas referentes às variações orçamentárias entre Previsto e Realizado do Item "Contingências da Demonstração de Resultado, nos planos administrados pela ELETROS estão detalhadas no MEMO-PR/GJU - 014/20, datado de 18 de fevereiro de 2020.

5- Indicadores de Desempenho de Gestão

Anualmente, o Conselho Deliberativo da Fundação – CDE aprova as metas para os indicadores de gestão das despesas administrativas.

Para o exercício de 2019 foram estabelecidos os seguintes indicadores para acompanhamento e controle:

1. Despesas Administrativas em relação aos Recursos Garantidores;
2. Despesas Administrativas de Pessoal e Encargos em relação aos Recursos Garantidores;
3. Limite da Taxa de Administração;
4. Índice de Cobertura das Despesas Administrativas;
5. Despesas Administrativas em relação ao Fundo Administrativo; e



6. Constituição do Fundo Administrativo.

Conforme demonstrado no Relatório Anual 2019 todos os indicadores apurados tiveram resultados dentro do esperado ou superaram os índices previstos, demonstrando eficiência da Entidade na gestão de suas despesas administrativas.

Documentos de Referência:

- Memorando DF/AOR-007/19, de 16/08/2019 (Relatório de Acompanhamento Orçamentário);
- Memorando DF/AOR-003/20, de 06/03/2020 (Relatório de Acompanhamento Orçamentário);
- Parecer Conselho Fiscal, de 26/03/2020;
- Relatório Estudo Aderência Hipóteses_Nov2019 - Plano BD Eletrobrás_V5;
- Relatório IN10-19_Taxa Real de Juros - Plano BD Eletrobrás_V5.
- Parecer da Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios BD Eletrobras -2019. Willis Towers Watson.

VI. Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade

A Gestão Integrada de Riscos deve estar alicerçada na identificação, monitoramento e controle dos fatores de risco que impactam os objetivos da Entidade, cabendo aos seus dirigentes aprovar e rever de forma periódica a estratégia adotada para seu gerenciamento, o que envolve a identificação destes riscos a que a Entidade está exposta, o estabelecimento de níveis aceitáveis de tomada de risco, com permanente gerenciamento com o objetivo de medir, monitorar e controlar os riscos identificados.

O processo de gerenciamento de riscos da Entidade busca identificar e considerar fatores Internos – planos administrados; qualificação técnica dos profissionais; estrutura organizacional, bem como fatores externos – cenário econômico-financeiras.

Todas estas naturezas de risco podem afetar de modo adverso o alcance dos objetivos da ELETROS.

Desta forma, a ELETROS monitora o ambiente regulatório ao qual está inserida, assim como o ambiente econômico, financeiro e social, intencionando identificar desvio e corrigir trajetória, com destaque para os seguintes temas, os quais são periodicamente acompanhados pelo Conselho Fiscal, em seu programa de trabalho anual:

1. Estrutura organizacional
2. Capacitação técnico-gerencial
3. Tecnologia



4. Política de investimentos
5. Procedimentos internos - códigos, regimentos e manuais
6. Precificação e gestão de ativos e passivos - ALM
7. Estabelecimento de alçadas em processos decisório
8. Sistemas de informação e comunicação
9. Legislação e Obrigações
10. Código de conduta e ética
11. Auditoria

VI.1 – Revisão da Matriz de Riscos

Cabe destacar que a revisão dos riscos e controles associados aos processos da Diretoria de Benefícios – DB, ocorrerá ao longo de 2020 e, quanto à identificação e avaliação dos riscos e controles associados aos processos de investimentos da Diretoria Financeira – DF, estes estão em fase de conclusão do mapeamento e desenho dos fluxogramas dos processos e sub processos, para os quais é esperada a sua conclusão, e implementação de controles, no exercício de 2020.

VI.2 – Auditorias de Patrocinadoras

Cabe enfatizar, também, o trabalho levado a efeito pelas auditorias internas das patrocinadoras ELETROBRAS e EPE, notadamente:

- a) Acompanhamento dos Planos de Providências relacionadas às recomendações para as deficiências identificadas no Relatório de Auditoria nº 27/2018 (Eletrobras), de 28/12/2018 para o qual há apenas 1 (uma) ação inconclusa, já em andamento, qual seja:

“Empreender esforços no sentido de melhorar a eficiência dos controles da matriz de riscos operacionais do processo de investimentos, principalmente aqueles avaliados como inadequados (controles C11 e C12) e os que requerem melhorias”.

O plano de ação que atenderá a recomendação acima tem sua conclusão prevista para ocorrer até 31/12/2020.

- b) Auditoria conjunta (Eletrobras e EPE) abrangendo:
 - Política de Investimentos;
 - Processos de concessão de benefícios;
 - Cálculo atuarial, custeio, cadastro e aderência das hipóteses;
 - Procedimentos e controles vinculados à gestão administrativa e financeira;



- Despesas administrativas;
- Estrutura de governança e controles internos;
- Recolhimento das contribuições dos patrocinadores e participantes;
- Gestão do Resultado dos Planos de Benefícios; e
- Implementação das recomendações/determinações das fiscalizações e auditorias anteriores.

O trabalho de auditoria teve seu início em 19 de agosto de 2019, sendo requerida, e disponibilizada pela administração da ELETROS, diversas informações e documentos destinados aos testes de auditoria, cujo trabalho de campo foram encerrados em novembro de 2019, por meio da Ata de Encerramento de trabalho de auditoria, de 02 de dezembro de 2019, que gerou o Relatório de Auditoria nº 22/2019, sendo que a equipe de auditoria da EPE deu prosseguimento aos trabalhos de auditoria, no âmbito do Plano CV EPE, tendo sido concluído em maio/2020 corroborando a maior parte do Relatório 22/2019, sendo acrescentado o tema atualização do Estatuto, quanto aos Planos de Custeio. Os achados do Relatório de Auditoria nº 22/2019, bem como a complementação feita pela EPE, são de conhecimento da direção da ELETROS, os quais estão sendo analisados visando à implementação de planos de ações específicos para a eliminação ou mitigação, os quais serão objeto de acompanhamento pelo CFE em seu programa de trabalho, sendo eles sobre os seguintes temas:

- a) Processo de contratação de serviços de terceiros;
- b) Implementação de atividades de auditoria interna na Entidade;
- c) Implantação de Sistema Integrado da Entidade;
- d) Processo de avaliação e de melhoria dos controles internos da Entidade;
- e) Despesas Administrativas;
- f) Conflito de Interesses;
- g) Plano de Custeio; e
- h) Certificação para exercício de atividade.

VI.3 – Auditoria Independente

a) Controles Internos

A Entidade conta com os serviços de auditoria independente sobre seus controles internos executados pela KPMG Auditores Independentes, que emitiu relatório de recomendações sobre os seus controles internos, datado de 26 de março de 2020. O Relatório é estruturado em duas partes, sendo a (A) relativa a novas recomendações e a (B) referente a recomendações oriundas de auditorias/revisões passadas, ainda não solucionadas pela administração da ELETROS.

Importante destacar que o Relatório de Auditoria Independente não indica recomendações específicas quanto a deficiências ou ineficácias significativas que requeiram a atenção do Conselho Fiscal, seja no rol das novas recomendações, quanto naquele relativo a processos passados, e ainda não solucionadas.



No entanto cumpre destacar que o citado Relatório aponta 1 (uma) nova recomendação de melhoria dos controles internos e dos procedimentos contábeis da Entidade (deficiências não significativas), não existindo recomendações originárias de auditorias/revisões passadas, ainda não solucionadas, a saber:

- Ausência de evidência de revisão nas bases atuariais enviadas – recomendação para que a administração da ELETROS revise seus controles com intuito de mitigar o risco de distorções nos dados cadastrais.

A recomendação apontada já é objeto de plano de ação por parte da administração da ELETROS, que visará o recadastramento dos participantes e assistidos da Fundação até o encerramento do exercício de 2021, sendo este, inclusive, objeto de apontamento por parte do CFE.

Saliente-se que os auditores independentes não identificaram descumprimento de normas internas ou regulamentos.

b) Demonstrações Contábeis

A Entidade conta com os serviços de auditoria independente sobre suas demonstrações contábeis executados pela KPMG Auditores Independentes, que emitiu relatório sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, datado de 26 de março de 2020.

A opinião dos auditores, sem ênfases ou ressalvas, foi no sentido de que as demonstrações contábeis da Entidade apresentam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação ELETROS, e individual por plano de benefício, em 31 de dezembro de 2019, assim como o desempenho de suas operações no exercício de 2019, e estão de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às entidades reguladas pelo CNPC.

O Conselho Deliberativo as aprovou na 397ª Reunião, de 26/03/2020, bem como os Pareceres Atuariais dos Planos. Este Conselho Fiscal emitiu Parecer favorável na sua 405ª Reunião, realizada em 26 de março de 2020.

VI.4 - Canal de Denúncias da Entidade

Em 08 de agosto de 2019, o Grupo de Trabalho instituído para apresentar proposta de estruturação do Canal de Denúncias da Entidade, apresentou à Diretoria Executiva proposta para implementação do referido Canal, sendo aprovada pela Diretoria Executiva (1.046ª reunião), em 16 de agosto de 2019.

Definidos os critérios para a implementação do Canal de Denúncias, a administração da ELETROS contratou, em 03 de outubro de 2019, a empresa Resguarda do Brasil Serviços de Consultoria em Gestão de Riscos Ltda. para operar o canal, sendo denominado Canal de Integridade da ELETROS.



O Canal de Integridade entrou em operação em 17 de fevereiro de 2020. Nesta mesma data ocorreu a divulgação de sua implementação nos canais de comunicação da ELETROS – sítio na rede mundial de computadores e redes sociais.

VI.5 – Revisão do Equacionamento do Déficit do Plano BD 2010/2011

Em relação à recomendação de Revisão do Equacionamento do Déficit do Plano BD de 2010/2011, a ELETROS recebeu no mês de março de 2020 a aprovação da SEST quanto ao plano de equacionamento proposto, tendo sua implementação ocorrida em abril de 2020.

VI.6 – Recomendações do Conselho Fiscal relativas ao 1º Semestre/2019 e Acompanhamento:

Ao longo do cumprimento de seu programa de trabalho, o CFE identifica oportunidades de aperfeiçoamento de processos e controles, exarando recomendações à administração da Entidade, monitorando suas implementações. Abaixo verifica-se as principais recomendações emanadas pelo CFE, bem como o status de atendimento:

RELATÓRIO DE MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL MONITORAMENTO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES				
ITEM	RECOMENDAÇÃO	AÇÕES ADOTADAS NO 2º SEMESTRE/2019	STATUS EM 31/12/2019	PREVISÃO DE CONCLUSÃO
Termo de Ajustamento de Conduta - TAC junto à PREVIC Equacionamento dos Déficits do Plano BD de 2013 e 2015	Assegurar a sua implementação respeitando a legislação vigente, os direitos e obrigações dos participantes e assistidos.	Todas as atividades/tarefas cujos prazos eram somente da ELETROS vêm e são cumpridas de acordo com os prazos do TAC	Implementada	Em 23/03/2020 a ELETROS recebeu o Ofício nº 6/2020/ERRJ/DIFIS/PREVIC formalizando o encerramento do TAC
Cobranças às Patrocinadoras	Intensificar das cobranças às patrocinadoras dos valores ainda não aportados	aguardando a aprovação do regulamento para elaborar um plano visando a maior efetividade das cobranças.	previsão de versão definitiva do regulamento aprovada pelo CDE e Patrocinadoras e envio para aprovação da PREVIC até de junho de 2020	junho/2020
Plano de Assistência à Saúde Eletrós-Saúde	Envidar esforços para a segregação do CNPJ do Eletrós-Saúde e implementar medidas que assegurem a continuidade e	Em setembro/2019, a Eletrós-Saúde - Associação de Assistência à Saúde obteve o registro do CNPJ, e em dezembro/2019 obteve o seu	Foi aprovada na 400ª Reunião do CDE a alteração do Estatuto da ELETROS para a exclusão das	dezembro/2020





	competitividade de Eletros-Saúde	Registro de Operadora na ANS	atividades de assistência à saúde, encaminhadas correspondências para que as Patrocinadoras se manifestem com relação à alteração estatutária. Após aprovação das Patrocinadoras o pedido será submetido à PREVIC e ANS.	
controles internos	Concluir a implantação do Sistema de Gestão da Qualidade - SGQ, abrangendo os processos da Diretoria de Benefícios Previdenciários, e aprimoramento da automatização dos processos da Diretoria Financeira.	Revisão dos normativos internos e mapeamento dos processos da ELETROS, inclusive quanto aos processos da DF	Em andamento	Ação contínua
Ambiente Eletrônico de Documentação do CFE	Aprimorar o ambiente eletrônico de documentação, com automatização do acesso a documentação, abrangendo os últimos 5 anos conforme Resolução MPS/CGPC Nº 13, de 01/10/2004	Sistema GED (Gerenciamento Eletrônico de Documentos) implantado na totalidade.	Implementada	agosto/2019
Programa de Integridade, Ética e Transparência na ELETROS	Superar as pendências existentes na implementação do canal de denúncia e da revisão e adoção no novo Código de Ética	A revisão do Código de Ética da ELETROS aprovado na 376ª reunião do CDE, sendo contratada prestação de serviços para operar o Canal de Integridade da ELETROS;	Implementada	fevereiro/2020



Segregação de Planos por CNPJ	Elaborar estudo de viabilidade visando implementar a segregação dos planos de benefícios por CNPJ	Ainda não pode ser implementado porque falta a regulamentação da Receita Federal do Brasil - RFB - Conclusão Aguardando regulamentação da Receita Federal do Brasil - RFB	Em andamento	Aguardando a regulamentação da RFB
Comitês dos Planos BD, CD Eletrobrás e CV ONS	Retomar as ações dos Comitês dos Planos.	A reativação dos Comitês dos Planos depende da indicação dos representantes das Patrocinadoras. A ELETROS realizou diversas provocações neste sentido, no entanto ainda não obteve as indicações necessárias	Em andamento	Junho/2020
Equacionamento do Déficit do Plano BD de 2010/2011	Dar prosseguimento às ações visando concluir as tarefas previstas	Em 01/11/2019 o CDE aprovou o Plano de Equacionamento do Déficit de 2010/2011 e respectiva minuta de Termo de Compromisso. Em 06 e 07/11/2019 foram enviadas as Cartas PR 164/2019 e 165/2019, respectivamente para as patrocinadoras Eletrobras e Cepel, solicitando a submissão do Plano de Equacionamento de Déficit aprovado à análise e aprovação final dos órgãos deliberativos das Patrocinadoras e submissão à SEST.	Em andamento	Primeiro semestre/2020.
Cotas dos Planos/Perfis	Aprimorar a tempestividade do cálculo de cotas dos planos/perfis e aprimorar a divulgação dos procedimentos utilizados	Está em processo implantação de novo sistema integrado para a área financeira o que permitirá a otimização dos processos e consequentemente o aprimoramento do cálculo das cotas.	Em andamento	julho/2020



Segurança do Ambiente de Tecnologia da Informação	Avaliar periodicamente os controles sobre os riscos de segurança cibernética, incluindo controle de acesso e gerenciamento de configuração	Em agosto/2019 foi implantado novo firewall para melhor monitoramento de utilização da internet, com controles de acesso com a exigência de credenciamento com login e senha aos empregados, e para convidados. Também foi implementada VPN para acesso remoto externo ao ambiente da ELETROS; Os antivírus são atualizados constantemente com escaneamento diário da rede corporativa; As pastas de dados na rede corporativa somente são acessadas por empregados com segregação de áreas com perfil de acesso.	Implementada	-
Recadastramento	avaliar e adoção de uma Política de realização de recadastramentos periódico dos participantes.	A ELETROS iniciará os estudos pertinentes para a implantação da referida política, junto a área de cadastro.	Não iniciada	dezembro/2020
Demonstrações Contábeis	Estabelecer um cronograma, em nível de Diretoria, de execução das atividades, com identificação de responsáveis por cada etapa, inclusive os Auditores	Cronograma implementado para o encerramento do exercício de 2019	Implementada	Atividade Contínua.
suporte às atividades de fiscalização do CFE	Implementar uma estrutura de auditoria interna no gerenciamento de riscos e controles	pesquisa de benchmark com EFPC's visando conhecer as estruturas e soluções adotadas pelas entidades; Realizará estudo que contemple todos os aspectos relevantes (estrutura, governança, custo, eficiência, eficácia, etc.)	Em andamento	Dezembro/2020



Amortização do vesting	Realizar estudo que demonstre o tempo (fluxo de caixa) para efetiva amortização dos saldos devedores existentes na rubrica "vesting" nos Empréstimos aos participantes	após o fechamento da avaliação atuarial de 2019 será realizado levantamento das informações	Não iniciada	julho/2020
Sobrecarga Administrativa e Taxa de Administração do Ativo	Prosseguir no esforço de reduzir a Sobrecarga Administrativa e Taxa de Administração do Ativo.	Conforme proposta da DEE e decisão do CDE, a sobrecarga administrativa será igual a zero a partir de jun/2020. A taxa de administração dos Planos será reduzida de 0,45% a.a. para 0,40% a.a. nessa mesma data.	Implementada	abril/2020
carteiras terceirizadas	Avaliar o desempenho individualizado destas carteiras e que elas sejam divulgadas em forma de relatório.	Será elaborado relatório com fontes primárias de informações sobre as rentabilidades mensais e acumuladas por gestor.	Em andamento	junho/2020
Convênio com o INSS	Fazer gestões junto ao INSS para a manutenção do Convênio junto àquele Instituto.	Em dezembro/2019 o INSS solicitou o cancelamento unilateral dos convênios pra provisionamento dos Benefícios. ABRAPP propondo alteração legislativa para manter o convênio com o INSS. A proposta abrange nova redação do artigo 117 da Lei 8.213/91 por meio da Medida Provisória 905/2019.	Em andamento	Aguardando definição com a ABRAPP
Prova de Vida	Aprimorar o controle de prova de vida.	Solicitada adesão a proposta do SISOBI junto a ABRAPP	Em andamento	junho/2020



Legislação e Documentos Normativos	Utilizar mecanismos de registro de recebimento de forma a assegurar o conhecimento de atualização do documento por parte das equipes da ELETROS.	Geração de relatório mensal pela GTI identificando os gestores e os técnicos da ELETROS que receberam os e-mails contendo a legislação.	Implementada	-
------------------------------------	--	---	--------------	---

VI.7 – Conclusão

Desta forma, tomando em conjunto as informações apresentadas neste Relatório, complementadas pelo (1) Relatório de Recomendações sobre os Controles Internos; (2) Relatório sobre as Demonstrações Contábeis, ambos emitidos pelos Auditores Independentes da Entidade; e (3) Relatório Gerencial GRC sobre os processos da ELETROS, os quais devem ser lidos em conjunto, o CFE entende que as informações sobre Risco, Controles Internos e Conformidade concernentes ao período abrangido, estão cobertas e suficientemente abrangidas, em todos os seus aspectos relevantes, sendo certo que a gestão de riscos e controles internos é uma ação contínua com vistas ao seu aprimoramento constante.

VII – Acompanhamento das Demonstrações Contábeis

Em 24 de outubro de 2019 membros da equipe da KPMG auditores independentes realizaram apresentação ao Conselho Fiscal da ELETROS que teve por objetivo prestar esclarecimentos sobre o escopo da auditoria das demonstrações contábeis, relativas as datas de 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2019, oportunidade em que expuseram, ao CFE, informações a respeito dos resultados do trabalho, até a presente data bem como o planejamento para a auditoria final.

A KPMG auditores independentes elaborou, em 20 de março de 2020, relatório que analisou as demonstrações contábeis da ELETROS do ano de 2019, sendo examinado os balanços de todos os planos de benefícios administrados pela ELETROS.

A KPMG auditores independentes, após análise das demonstrações contábeis da ELETROS opinou de forma favorável, considerando que as demonstrações contábeis da ELETROS, sua posição patrimonial e financeira, considerando individual por plano de benefício, em 31 de dezembro de 2019 estava adequada em todos os aspectos relevantes.

O acompanhamento das demonstrações contábeis é realizado mensalmente pelo CFE, com a análise e discussão interna e com técnicos da ELETROS, durante as reuniões ordinárias e/ou extraordinárias do CFE e, adicionalmente, tendo por base o relatório das demonstrações contábeis de 2019, cabe destacar:

No ano de 2019 foi conduzido o processo de migração do plano CD CERON para a EFPC EnergisaPrev, o processo foi concluído em janeiro de 2020 com a EnergisaPrev tendo assumido todas as responsabilidades administrativas do plano CD CERON. Cabe ressaltar que os resultados contábeis demonstrados em 31 de dezembro de 2019 tinham a ELETROS como gestora do plano CD CERON.



A transferência de gerenciamento do plano CD CERON ocorreu em função da mudança do controle da empresa CERON – Centrais Elétricas Rondônia, assumido pela Energisa S/A, fato publicado no Diário Oficial da União, no dia 01 de novembro de 2018, na página 118, seção 3.

O demonstrativo contábil apresentou, no campo Demonstrações das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT), relativo ao plano BD Eletrobras, um déficit equacionado de R\$ 655.117 mil (R\$ 606.447mil em 2018) e um déficit técnico acumulado de R\$ 113.904 mil (R\$ 164.581mil em 2018).

No ano de 2019 foram discutidos os planos de equacionamento de déficit, para os anos de 2013 e 2015 do Plano BD Eletrobras, fato descrito em detalhes no demonstrativo contábil de 2019, sendo que no dia 16 de dezembro de 2019 a ELETROS publicou, em seu site, os comunicados sobre os Planos de equacionamento dos déficits revistos dos exercícios de 2013 e 2015, conforme TAC – Termo de Ajuste de conduta e no dia 27 de dezembro a ELETROS enviou carta – PR 193/19 à PREVIC, a fim de informar o status do referido TAC.

Em 27 de fevereiro de 2020 a ELETROS informou, em seu *site*, o recebimento de intimação referente à tutela antecipada concedida pelo juízo da 14ª Vara Federal, nos autos do processo número 5007349-96.2020.4.02.5101, movido pela APEL, em face da PREVIC, SEST, Eletrobras e ELETROS, processo esse relativo ao equacionamento dos déficits 2013 e 2015 do plano BD Eletrobras.

Dada as circunstâncias, a ELETROS, em 24/03/2020, impetrou na Vara Federal agravo de instrumento, com objetivo de reverter a liminar concedida em tutela de urgência e permanece adotando medidas judiciais e administrativas cabíveis ao caso.

Destaca-se ainda, no relatório de demonstrações contábeis o acréscimo de 0,92%, no exercício de 2019 (R\$ 32.282mil) em comparação com 2018(R\$ 31.989mil) relativo a despesas administrativas. Cabe ressaltar que tal acréscimo representa, em termos reais, variação negativa de -3,41% em relação ao INPC de 2019 (4,48%).

VII.1 Aporte de Reserva de Aposentadorias Especiais e Demandas Judiciais.

Conforme relatório da KPMG auditores independentes, no item 12.3 do relatório de demonstrações contábeis é registrado valores a serem aportados pelas patrocinadoras Eletrobras e Cepel, conforme tabela abaixo, referentes às reservas destinadas a aposentadorias com tempo de contribuição em atividade especial reconhecida pela Previdência Social e das recomposições de reserva em função das demandas judiciais, no montante de R\$ 24.419 mil em 2019 (R\$ 21.364 mil em 2018).

PATROCINADORA	PLANO DE BENEFÍCIOS	Exercício findo em	
		31/12/19	31/12/18
Eletrobras	BD	13.948	11.121
	CD	2.796	2.577
Cepel	BD	-	-
	CD	7.675	7.666
TOTAL		24.419	21.364

Em relação às demandas judiciais, observando as informações constantes no MEMO-PR/GJU-014/20 e anotações sobre o tema constantes no relatório de demonstrações contábeis produzido pela KPMG auditores independentes, conclui-se:



Os critérios de escrituração dos ativos e passivos contingentes na ELETROS estão de acordo com o reconhecimento exposto pelo NBC TG 25 e instruções MPS/SPC nº 5 e 34. Cabe ressaltar que a formação patrimonial da ELETROS é segregada pelas gestões previdencial, administrativa e de investimento.

A ELETROS, via Gestão Jurídica - GJU, peticionou alguns processos para isenção do PIS e da COFINS que incidem sobre as receitas administrativas e financeiras. Por quanto aguarda uma posição favorável, a ELETROS realiza depósitos em juízo mensais considerando as respectivas bases de cálculo. Esses recolhimentos em juízo são mensalmente atualizados pela taxa SELIC.

Estes processos estão majorados nos grupos investimentos e gestão administrativa (balanço patrimonial e demais demonstrações), face a respectiva origem, em ambos os grupos com às rubricas "depósitos judiciais". Na gestão previdencial não há incidência, em especial nas receitas, do PIS e da COFINS, contudo, a ELETROS detém depósitos judiciais que correspondem às contingências passiva previdenciais.

Na perspectiva do exigível, os passivos contingentes estão escriturados quanto ao reconhecimento provável (maior probabilidade para sim do que não) e iminente da saída de recursos em favor do autor à decisão judicial de acordo com as orientações dos advogados da EFPC e considerando a análise detalhada dos processos ativos realizada pela gestão jurídica da ELETROS. Quando a EFPC torna-se ré em uma judicialização e a gestão jurídica classifica a ação como possível (maior probabilidade para não do que sim) ou remota a possibilidade de saída de recursos da entidade, a ELETROS não reconhece em seu balanço o passivo contingente, apenas divulga o montante envolvido nas ações com a classificação possível em suas notas explicativas do balanço. Portanto, periodicamente são avaliados todos os processos carregando sensibilidade daquele que julga, instância judiciária. A depender da mudança de alguma decisão, o prognóstico poderá alterar, por exemplo, um processo que antes foi classificado como possibilidade remota e agora tornou-se provável, a entidade altera o status da respectiva saída de recursos e conseqüentemente o reconhecimento nas demonstrações financeiras.

VIII – Documentos de Referência (Analisados) no exercício de 2019:

- Legislação e normativos citados.
- Relatórios de Investimentos.
- Memorando DF/GCI-042/2019.
- Memorando DF/GCI 010/2020.
- Relatório Gerencial de Controles Internos.
- Relatório de Recomendações sobre os Controles Internos – KPMG
- Relatório sobre as Demonstrações Contábeis – KPMG
- Balancetes dos Planos de Benefícios e do PGA.
- Política de Investimentos dos Planos de Benefícios e do PGA.
- Pareceres Atuariais.
- Testes de Aderência de Hipóteses Atuariais e Taxas de Juros.
- Previsão Orçamentária.
- Relatórios de Acompanhamentos Orçamentários e Memorandos de Justificativas que compõem os Relatórios trimestrais respectivos.
- Atas dos Comitês Temáticos.
- Atas com as Deliberações do Conselho Deliberativo.
- Atas com as Resoluções de Diretoria Executiva.
- Relatório Anual de Informações referente ao exercício de 2019 publicado em 15/05/2020.



IX – Manifestação

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento ao que determina a Resolução CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004, o Conselho Fiscal da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS, com base nas verificações e análises efetuadas no desempenho de seu programa de trabalho, analisando a documentação de referência, observado o conteúdo do presente Relatório, manifesta-se que o modelo de governança da ELETROS está adequado ao proposto CGPC, e que as melhorias advindas do avanço da legislação, por parte dos órgãos reguladores, bem como práticas de mercado, vêm sendo implementadas continuamente, registrando que:

1. Este Conselho vem acompanhando sistematicamente a execução das estratégias aprovadas pelo Conselho Deliberativo, e o cumprimento da Política de Alçadas de Investimentos. É realizada análise de observância dos eventos estimados e ocorridos para o período, tendo como referência as premissas e hipóteses utilizadas nas avaliações atuariais.
2. A execução orçamentária é acompanhada mensalmente, cujo resultado demonstra que a Entidade vem cumprindo o planejamento orçamentário aprovado pelo Conselho Deliberativo.
3. A ELETROS, em atendimento à legislação vigente, busca continuamente a qualificação de seus dirigentes, gestores e colaboradores, e, dos membros alcançados pela legislação atualizada, Instrução PREVIC 13/2019, dirigentes, conselheiros e membros dos comitês de investimento, a ELETROS possuía 100% certificados imediatamente antes à investidura dos novos Conselheiros, atualmente, cerca de 63% certificados, conforme permitido pela Legislação, os Conselheiros que não estão certificados foram nomeados em 29/08/2019, 06/09/2019, 01/11/2019 e 05/12/2019, os quais têm o prazo limite de até 1 (um) ano da sua nomeação para serem certificados, nas seguintes datas limites (29/08/2020, 06/09/2020, 01/11/2020 e 05/12/2020). Em função da crise do COVID 19, a PREVIC emitiu a Instrução 28/2020 da qual, em síntese, consta a prorrogação, por mais 90 dias, a partir do término do estado de calamidade pública, dos certificados que possuem prazo de validade nesse interregno e a certificação dos novos Conselheiros, à exceção do AETQ e empregados diretamente responsáveis pela aplicação dos recursos garantidores, a quem são exigidos certificação prévia, o que é observado pela ELETROS.
4. Este Conselho acompanha a posição das ocorrências de riscos, bem como a implementação de ações para mitigar sua recorrência, conforme resultado do monitoramento apresentado pela área de Controle – Gestão de Riscos e Compliance (GRC).
5. Os resultados dos Indicadores de Gestão do Plano de Gestão Administrativa - PGA, aprovados para 2019, estão enquadrados nos limites estabelecidos pelo Conselho Deliberativo.



6. O resultado da auditoria independente e das patrocinadoras, bem como a implementação das recomendações apresentadas nos relatórios gerados pelos auditores foi acompanhado por este Conselho, nas reuniões mensais.
7. O estudo para revisão do equacionamento de déficit dos Planos de Benefícios BD 2010/2011 foi realizado com base em manifestação da Consultoria atuarial do Plano, com Parecer Jurídico externo, chancelado pela Gestão Jurídica da ELETROS e pela ACB da ELETROS, aprovado pelo Conselho Deliberativo e pelas patrocinadoras, encontrando-se implantado em abril/2020.
8. A ELETROS foi fiscalizada pela PREVIC durante o exercício de 2019, bem como teve as fases do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC monitorado pela mesma em todo o exercício de 2019, até a sua conclusão, por parte da ELETROS. Na 390ª Reunião do Conselho Deliberativo, de 13/12/2019, os Fiscais da PREVIC informaram que, considerando a diretriz passada pelo novo Superintendente da Previdência Complementar, tal reunião era uma prestação de contas – *feedback* sobre o trabalho de monitoramento realizado durante o ano de 2019, focado na Governança da entidade, consideraram que a ELETROS possui uma Governança adequada ao porte e complexidade da entidade.

Além disso, o Conselho Fiscal efetua recomendações e acompanha o andamento dos atendimentos, conforme pode ser observado no item VI.

As informações apresentadas neste Relatório, complementadas pelos documentos de referência, os quais devem ser lidos em conjunto, devem ser considerados como parte do processo de tomada de decisão pelos usuários das informações da Entidade, contudo não devendo se limitar a estes.

Esta manifestação deverá ser levada ao conhecimento do Conselho Deliberativo, a quem caberá decidir sobre as providências que, eventualmente, devam ser adotadas. Deverá, ainda, permanecer na Entidade à disposição da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

X. Glossário de Termos:

BD ELETROBRÁS – Plano de benefício definido dos participantes e assistidos das patrocinadoras Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - Cepel e Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS.

CD ELETROBRÁS – Plano de contribuição definida dos participantes e assistidos das patrocinadoras Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - Cepel e Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS, composto por Plano CD ELETROBRÁS PURO e Plano CD SALDADO (BPDS).

CD CERON – Plano de contribuição definida dos participantes e assistidos da patrocinadora Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON.

CV ONS – Plano de contribuição variável dos participantes e assistidos da patrocinadora Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.



CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro (renda fixa).

CV EPE – Plano de contribuição variável dos participantes e assistidos da patrocinadora Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

Plano CD Puro Consolidado -refere-se ao Plano CD Puro e seus perfis de investimento;

Plano CV ONS Consolidado -refere-se ao Plano CV ONS e seus perfis de investimento;

Plano CV EPE Consolidado - refere-se ao Plano CV EPE e seus perfis de investimento;

ABRAPP – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar;

ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais;

ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar;

APIMEC – Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais;

CDE – Conselho Deliberativo da ELETROS;

CFE – Conselho Fiscal da ELETROS;

DEE – Diretoria Executiva da ELETROS;

DF – Diretoria Financeira;

GTI – Gestão de Tecnologia da Informação da ELETROS;

ICSS – Instituto de Certificação Institucional e dos Profissionais de Seguridade Social;

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social;

PGA – Plano de Gestão Administrativa;

PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar;

SISOBI – Sistema Informatizado de Controle de Óbitos.

XII. Assinaturas

Rio de Janeiro, 18 de junho de 2020.

Ailton Andrade

Presidente do CFE

Dan Abensur Gandelman

Gustavo Botrel Coutinho de Melo

João Vicente Amato Torres

